



Primavera Árabe e Crise na Líbia:

A participação e vivência de mulheres na Primavera Árabe e Crise na Líbia

Andressa Christie Carvalho Barroso

Bruna Affonso Ferreira Maciel

Daniela Mourão Ribeiro

Mayrla Moraes dos Santos

1. Introdução

O presente artigo visa alinhar os objetivos de número 5 e 16 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) às questões da participação de mulheres na questão de paz e segurança e da crise pós Primavera Árabe no contexto da guerra civil na Líbia. A Agenda 2030 estabelece, desde 2015, uma série de diretrizes globais para os 193 Estados-membros da ONU, divididas em 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; e 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ONU, 2015), estão diretamente relacionados à crise que acontece na Líbia atualmente, que configura um quadro de guerra civil no qual a participação feminina representa elemento-chave dentre questões ligadas à segurança internacional.

O artigo está dividido em tópicos, iniciados por uma breve introdução histórica dos acontecimentos que originaram a Primavera Árabe, assim como seus primeiros acontecimentos, passando então para a abordagem do caso específico da Líbia com enfoque na participação feminina. Nesse contexto, estão indicados os principais grupos envolvidos no conflito, suas principais motivações, como se deu o desenvolvimento da guerra civil e as formas de participação feminina até então. Posteriormente, é proposta uma análise da atuação de atores internacionais em relação ao conflito, mapeando o envolvimento de agentes estatais e não estatais que interferem na guerra.





Em seguida, argumenta-se quanto às consequências do conflito para a sociedade civil, perpassando grupos vulneráveis e mais uma vez marcando o envolvimento feminino em situações de conflito e segurança. A seção seguinte refere-se à atuação de organismos internacionais visando amenizar, apaziguar ou sanar o conflito, enfocando principalmente a ONU e alguns de seus princípios e principais estratégias, como a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia, UNSMIL. Finalmente, o artigo elenca algumas possibilidades alternativas para a resolução do conflito, exemplificadas por três recortes sociais: a sociedade civil, as comunidades tradicionais e as mulheres.

1.1. Primavera Árabe e a questão líbia

A atual guerra civil na Líbia tem seu início relacionado com a desestabilização governamental decorrente do movimento de Primavera Árabe, que teve início em dezembro de 2011. A Primavera Árabe pode ser definida como uma onda de revoluções populares que ocorreram em uma série de países da África Setentrional¹ e do Oriente Médio principalmente entre o final de 2010 e 2012 (LUZ, 2017).

Apesar das particularidades para cada país, é possível afirmar que as revoluções se opunham a lideranças seculares, totalitárias e muitas vezes ditatoriais, reclamando maiores liberdades e perspectivas de democracia para seu respectivo governo (LUZ, 2017). Além disso, as populações frequentemente se insurgiam contra altas taxas de desemprego, precárias condições de vida e corrupção nos órgãos públicos. Os movimentos exitosos acabaram por destituir diversos desses líderes, abrindo espaço para desestabilizações institucionais como a que culminou na atual guerra civil na Líbia (LUZ, 2017).

O estopim do movimento ocorreu na Tunísia em dezembro de 2010. O comerciante Mohammed Bouazizi foi publicamente humilhado pela polícia enquanto vendia frutas em um carrinho de mão, acusado de não ter permissão para fazê-lo. Mais tarde no mesmo dia, Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo em frente à sede do governo; sua ação e posterior morte tornaram-se uma representação trágica de múltiplas insatisfações com o regime do então presidente Zine El Abidine Ben Ali e incitaram protestos de indignação na Tunísia, exigindo

¹ Grupo de países em que grande parte da população é de origem árabe. Possui características semelhantes (população, paisagens, atividades econômicas e conflitos) aos países do Oriente Médio (SILVA, *s.d.*). Pertencem à África Setentrional: Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia, Sudão, Sudão do Sul e Egito. (BEZERRA, *s.d.*)



não apenas o fim do tratamento desumano pelas autoridades, mas também soluções para diversos outros problemas sociais e a própria deposição do governo de Ben Ali (FARHAT, 2017).

Ben Ali foi expulso da Tunísia em 14 de janeiro de 2011, e o sucesso dos revolucionários do país inspiraram nações vizinhas à insurreição contra os problemas de seus próprios governos. Seguindo a revolução tunisiana, o mês de janeiro testemunhou manifestações de oposição aos governos totalitários no Egito, na Argélia, no Iêmen e na Jordânia. Em fevereiro e março, as manifestações alcançaram Líbia, Marrocos, Bahrein, Síria e, em menor intensidade, a Arábia Saudita (LUZ, 2017).

Todavia, as manifestações e as revoluções se desenvolveram de forma diferente de acordo com as particularidades de cada país. No Egito, o ditador Mohammed Hosni Mubarak foi deposto do cargo que exercia há trinta há trinta anos (JUNIOR, 2012), assim como Ali Abdullah Saleh, no Iêmen (PEREIRA, 2011); por outro lado, no Marrocos e na Jordânia, apesar de também condenarem o autoritarismo, os manifestantes visavam a uma limitação do poder de seus reis, sem destituir os líderes ou seu modelo de governo e permitindo que eles permanecessem instituídos (LUZ, 2017). Em alguns casos, como na Argélia, as manifestações retomaram força em momentos recentes, ou, em outros, perduram até a atualidade, como na Síria, onde as manifestações em prol de um regime democrático e contra o governo do ditador Bashar Al-Assad enfrentaram grande repressão das forças aliadas ao presidente (SANT'ANA, 2018). Na Argélia, a retomada da insurreição em 2019 teve como consequência a retirada do poder do presidente Abdelaziz Bouteflika (BBC, 2019).

Finalmente, na Líbia, as insatisfações sociais e econômicas com o governo do ditador Muammar Kadhafi já datavam há momentos anteriores ao início da Primavera Árabe na Tunísia. O coronel subiu ao poder em 1969, participando do golpe que derrubou o antigo rei, e, apesar de não ser sequer dotado de um cargo oficial no governo, liderava o país ditatorialmente desde então, sendo conhecido como o “irmão líder e guia da revolução” (G1, 2011). Para construir uma fachada democrática, em 1977 Kadhafi “criou o conceito de *jamahiriya*² ou ‘Estado das massas’, em que o poder é exercido através de milhares de “comitês populares” (PEREIRA, CARMO, PORTUGAL, 2011, p. 6). No entanto, todas as

² Sistema político introduzido na Líbia em 1973 de tendência democrática, “expressa através dos Congressos Populares de Base e dos Comitês Populares. Todos os líbios deviam participar nos Congressos, nos quais eram tomadas decisões sobre todos os assuntos de política local, nacional e internacional” (JOFFÉ, 2011)





medidas estavam submetidas a Khadafi, sendo os comitês apenas uma forma de eliminar a concorrência política com o sistema (JOFFÉ, 2011). Assim, o governo consistia, em última instância, em uma ditadura militar nacionalista (PEREIRA, CARMO, PORTUGAL, 2011).

Com o passar do tempo, mesmo qualquer sentimento de participação com a *jamahiriya* desapareceu, sendo substituído pela insatisfação com um governo ditatorial autoritário (JOFFÉ, 2011). Para além da questão política, Kadhafi também era acusado de corrupção e de concentrar as riquezas do país, enquanto a maior parte da população detinha péssimas condições de vida (LUZ, 2017). A Primavera Árabe era, então, uma oportunidade para o povo líbio se manifestar contra um regime que já lhe impunha uma série de insatisfações.

Diante das movimentações populares que tiveram início em 2011, Khadafi mobilizou forças para a manutenção de seu governo, abrindo fogo contra manifestantes. O confronto entre a população insurgente e as forças aliadas do governo resultou na primeira guerra civil da Primavera Árabe (LUZ, 2017) e originou um grupo político de oposição no país, intitulado Conselho Nacional de Transição, CNT. Ele configurava uma associação pró-democracia que recebeu apoio logístico externo, principalmente do ocidente, para a derrubada do governo de Khadafi (SILVA, 2018). Além disso, diante das catástrofes humanitárias advindas do confronto, o Conselho de Segurança da ONU, CSNU, autorizou a interferência internacional na Líbia para assegurar a proteção de civis (LUZ, 2017). Em outubro de 2011, Kadhafi foi morto pelo CNT (LUZ, 2017).

Apesar do propagado processo de insurreição que ficou conhecido como Primavera Árabe, poucos desses países se mantêm verdadeiramente democráticos até hoje (LUZ, 2017). Entre eles está a Tunísia, que realiza eleições presidenciais desde o ano de 2014 e tem como atual presidente o professor Kaïs Saïed (BBC, 2019). Em 2019, o governo interino argelino, liderado então pelas forças armadas, realizou eleições presidenciais contra os desejos da população, que defendia que eleições só poderiam acontecer após a expulsão de todo o antigo corpo político do poder. Ainda assim, o atual presidente Abdelmadjid Tebboune foi eleito em um pleito que contou com cerca de apenas 40% da população em idade eleitoral (BBC, 2019). Alguns outros países tiveram períodos de transição turbulentos, com processos democráticos incompletos e permeados por golpes de Estado (LUZ, 2017), como é o caso do Egito. O





mandato do atual presidente egípcio, Abdel Fattah Al-Sisi, foi estendido pelo Parlamento até o ano de 2030 (BBC, 2019).

Em outros cenários, a destituição de líderes deixou um vácuo de poder que abriu precedente para disputas internas, fazendo com que diversos grupos passassem a rivalizar pela liderança e alcançando o ponto de estabelecer guerras civis e enormes crises humanitárias (LUZ, 2017). É o atual caso de países como a Síria, o Iêmen e como será explicado no presente artigo, a Líbia.

2. Desdobramentos da Primavera Árabe no Conflito Líbia

O conflito da Líbia é um fenômeno multifacetado que pode ser observado sob diversas lentes. Para analisar o evento de forma mais completa, existe a necessidade de compreensão de conceitos de paz e segurança para além das visões tradicionais³, pois estas silenciam perspectivas essenciais em todo o desenvolver dos fatos, como a visão feminista, que valoriza os papéis de gênero em processos de segurança e paz (WHITWORTH, 2008), bem como a perspectiva de comunidades tradicionais e grupos étnicos. Essas vozes frequentemente silenciadas, merecem ser observadas e ouvidas, pois além de pontos de vista novos, oferecem soluções para problemas que não costumam ser explorados (WHITWORTH, 2008).

Estudos sobre segurança são uma ferramenta poderosa para atrair atenção do governo e de pessoas sobre determinados temas, estabelecendo consciência e percepção sobre determinadas questões (WILLIAMS, 2008). Já a preocupação principal de estudos sobre a paz envolvem a redução e eventual erradicação da guerra e o controle e resolução de conflitos violentos através de meios pacíficos (LAWLER, 2008). Nesse sentido, destacamos que o conceito de segurança é inerentemente elástico, não havendo consenso teórico sobre seu significado. A definição escolhida para a presente análise é a apresentada por Paul D. Williams (2008): “o desagramento de valores estimados”⁴; nessa definição, o conceito é inevitavelmente político, e não pode ter seu debate restringido à esfera intelectual, pois tem impactos nas políticas mundiais e na segurança pessoas que vivem num mundo real

³ A primeira percepção histórica da matéria de segurança internacional se relaciona com a necessidade de se criar mecanismos para evitar que guerras voltassem a acontecer e compreender as razões que levam os países a entrar em conflito (SARFATTI, 2004). Políticas de segurança eram baseadas principalmente em sistemas de análises sobre as forças armadas, teorias sobre atividade nuclear e alocação de recursos (WILLIAMS, 2008)

⁴ “*the alleviation of cherished values*”, em inglês (WILLIAMS, 2008).





(WILLIAMS, 2008). Temas e abordagens tradicionais de estudos e governança sobre segurança, enquanto agenda política, focam em determinadas áreas e experiências em detrimento de outras. O silenciamento de grupos marginalizados é resultante da violência política que os impede de se pronunciar e securitizar o que verdadeiramente ameaça suas vidas (AMARAL *et al.*, 2018).

Como será apresentado em seguida, o processo que se iniciou com protestos da Primavera Árabe na Líbia e desembocou em uma guerra civil no país foi um exemplo de fenômeno no qual, através de narrativas de vozes costumeiramente silenciadas, há o enriquecimento da compreensão completa dos fatos.

2.1. Da Primavera Árabe à Guerra Civil

Na Líbia, os principais fatores que direcionaram conflitos internos para uma guerra civil foram as repressões severas de manifestações, a alienação de manifestantes por parte do regime, a militarização de coalizões rebeldes, as intervenções internacionais e a cobertura da mídia de forma favorável à derrubada do regime (BHARDWAJ, [s.d.]).

Maya Bhardwaj (s.d.) elenca alguns fatores que formam a dimensão constitutiva de uma guerra civil, indicando que, internamente, o conflito deverá situar-se dentro de um Estado reconhecido internacionalmente. Nesse contexto de conflito interno o governo e as forças rebeldes são os atores principais, o primeiro buscando a manutenção do controle estatal e apoio político e o segundo buscando obter controle nacional.

Ainda, salienta-se que a cobertura da mídia é um fator fundamental, pois ela pode afirmar ou negar a agência de determinados atores, influenciando na mobilização dos conflitos e, além disso, ao nomear determinado conflito como guerra civil, limita intervenções externas ao chamar atenção para a autonomia doméstica e soberania dos Estados. No caso da Líbia, a cobertura da mídia de forma favorável às coalizões rebeldes foi determinante para justificar as ações internacionais, como a Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, que permitiu a intervenção externa sob o escopo da “Responsabilidade de Proteger”⁵ (BHARDWAJ, s.d.).

⁵ A determinação da comunidade internacional para cumprir sua responsabilidade de proteger os civis da violência perpetrada sobre eles por seu próprio governo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2011)





Em 15 de janeiro de 2011, em Bengasi, segunda maior cidade da Líbia, foram iniciados protestos que tinham como cerne os abusos de direitos humanos, a corrupção política, a má gestão de programas sociais, e, por fim, a derrubada do regime de Muammar Kadafi (BHARDWAJ, [s.d.]). Uma coalizão contra as forças de Kadafi - Conselho Nacional de Transição - foi formado em fevereiro daquele ano para consolidar os esforços de resistência pelo país (BHARDWAJ, s.d.). O propósito desse Conselho era agir como a face política da revolução (O GLOBO, 2011). Quanto mais consolidadas ficavam as forças rebeldes, com a solidificação de suas agendas, mais violentas eram as retaliações aplicadas pelo governo. O que começou com protestos pacíficos acabou se tornando um conflito sanguinário que culminou na morte de Kadafi em outubro de 2011, com a consequente declaração de vitória do CNT.

A evolução do conflito líbio apresenta todos os fatores, mencionados anteriormente, que constituem uma guerra civil de acordo com a obra de Maya Bhardwaj. O regime repressivo de Kadafi, a coalizão de forças rebeldes que contavam com treinamentos militares e armamento, e a influência das Nações Unidas acabaram direcionando os protestos pacíficos para uma guerra civil (BHARDWAJ, [s.d.]).

As divisões territoriais eram um fator importante no processo, pois este era fortemente baseado nelas, sendo algumas cidades, como Trípoli, capital do país, controladas por apoiadores do governo e outras pelos rebeldes (BHARDWAJ, [s.d.]). Como será explanado, as forças do governo exploraram as relações pré-existentes de grupos étnicos e as utilizaram em seu favor, causando divisões que perduram e influenciam em suas relações até os dias de hoje (AL-SHADEEDI, EZZEDDINE, 2019).

A guerra civil na Líbia passou por diversos processos, tentativas de cessar-fogo e intervenções externas. Atualmente, o conflito envolve o Governo do Acordo Nacional, governo provisório da Líbia, ao qual o CNT cedeu o controle e tem o apoio da Organização das Nações Unidas, e o Exército Nacional Líbio, apoiado pela Câmara dos Representantes (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2020). Ambos lutam pelo controle político e pelos campos de petróleo do país, um dos principais recursos econômicos nacionais (ESTADÃO, 2019). Esse é um conflito que atravessa limites regionais, étnicos, políticos e até mesmo religiosos.





2.2 Grupos étnicos

Grupos étnicos tradicionais da Líbia tiveram papéis essenciais na evolução do conflito líbio do início da primavera árabe até a guerra civil. Os protestos começaram em localidades dessas comunidades e expandiram-se através de redes regionais étnicas sob a coalizão do CNT (BHARDWAJ, [s.d.]).

Grupos étnicos são consideradas uma das instituições mais antigas e duradouras da sociedade líbia (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019), tendo sofrido discriminação e marginalização durante o regime de Kadafi que perduram até os dias de hoje. Por exemplo, apesar de ter sido aprovada pelo Congresso Geral Nacional, o parlamento, em 2013, uma lei anti-discriminação, não houve a imposição deste instrumento normativo de modo que as proibições nem as punições não foram aplicadas de forma efetiva, particularmente no tocante a mulheres e minorias (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019).

A grande maioria da população líbia é formada por árabes, ou uma mistura destes com a etnia berber, árabo-berberes, sendo os Tuaregs, Tubus e Amazigues, as principais minorias étnicas do país (AL-SHADEEDI, EZZEDDINE, 2019). Apesar de uma grande variedade desses grupos, pode-se observar valores éticos em comuns à maioria deles, como a solidariedade familiar como fonte de identidade, enquanto honra e vergonha são formas de julgamento moral (AL-SHADEEDI, EZZEDDINE, 2019).

Com o governo de Kadafi, a postura inicial em relação às minorias étnicas foi, ao invés de um Estado representativo, uma abordagem de governança que se utilizou de cooptação de alguns grupos para fomentar sua própria estabilidade em curto prazo (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019). O regime buscou desconsiderar essas identidades étnicas em favor de uma identidade nacional líbia-arábica, porém essa atuação falhou e a tática foi mudada para uma de dividir e conquistar, aliando-se a determinados líderes de comunidades, que denunciavam membros que supostamente trairiam o regime (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019).

Comitês revolucionários foram usados para criar rixas entre identidades diferentes que habitavam nas mesmas áreas, e, em uma estratégia de dividir para governar, foram favorecidas tribos marginalizadas, colocando-as no topo da hierarquia econômica e governamental, com o propósito de usar as diferentes identidades e lealdades dos povos da





região como instrumento para essa cisão (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019). Rivalidades foram fomentadas, e as fragmentações decorrentes fizeram parte da estratégia de segurança do regime, o que resultou em uma ausência de aparato estatal operante enquanto o círculo interno do regime fortalecia-se (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019). Conflitos internos entre grupos étnicos diferentes também representavam riscos à segurança dessas comunidades (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019).

Com a queda de Kadafi e a ausência de poder centralizado que se seguiu, lideranças de grupos étnicos foram necessárias para assegurar a sobrevivência de seus povos. Em alguns locais, essas lideranças são vistas como as principais fornecedoras de segurança contra ameaças externas (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019). Por causa da influência e poder exercidos por essas comunidades e lideranças, elas não podem ser ignoradas quando se pensa em processos de estruturação do Estado da Líbia (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019).

Embora representem parte significativa da população, alguns desses grupos sofrem até os dias de hoje perseguições e ostracismo por terem apoiado o regime (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019), sendo excluídos de processos políticos decisórios (AL-SHADEEDI; EZZEDDINE, 2019). Além disso, eles sofrem também uma crise de identidade porque têm a documentação negada e também, por consequência, o reconhecimento como parte de determinada etnia (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019).

Violações de direitos humanos direcionadas a comunidades que tiveram sua lealdade associada ao regime de Kadafi causaram deslocamentos de populações inteiras, como os Tawerga, e representam hoje motivos de crises migratórias (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019). Por mais que, sob o regime, partes dessas comunidades tenham atendido a interesses conflituosos e que tiveram consequências desastrosas para os que agora oprimem, isso não significa que toda uma comunidade deva pagar o preço pelas ações de apenas alguns de seus membros (AL-SHADEEDI, EZZEDDINE, 2019). Essas perseguições atingem mais agudamente comunidades negras dentro da Líbia (AL-SHADEEDI, EZZEDDINE, 2019), como os Tawergha, os Mashashiya e os Tuaregue, que foram acusados de agirem como mercenários do governo contra coalizões rebeldes (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019).





Durante o regime, a língua da comunidade Amazigue, o Tamazigue, foi proibida. Em julho de 2013, após diversas campanhas pedindo o reconhecimento desta como uma das línguas oficiais do país, ela passou a ser lecionada nas escolas juntamente com o Tuaregue e o Tebu (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019).

Grupos de Amazigues localizados nas montanhas Nafusa, oeste da Líbia, estão entre os primeiros grupos a se manifestarem contra o regime de Kadafi, em meados de fevereiro de 2011, enfrentando uma repressão severa por parte do governo (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019). Como consequência houve deslocamento forçado de cerca de 55.000 pessoas e a detenção de um grande número de jovens, que foram levados a centros de detenção aos arredores e na cidade de Trípoli, onde enfrentaram sérias ameaças ao seu bem-estar e segurança (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019).

Enquanto atores essenciais na evolução dos conflitos da Líbia e parte fundamental da identidade do país, os grupos étnicos devem ter seus direitos de participação nas propostas de elaboração de novas diretrizes para os governos asseguradas (AL-SHADEEDI, EZZEDDINE, 2019), para que as soluções para os problemas que enfrentam levem em consideração suas experiências e considerações sobre eles.

É necessário buscar compreender as formas nas quais as relações de gênero têm um papel fundamental na definição de níveis de vulnerabilidade em grupos particulares em situações de conflito (AMARAL *et al.* 2018). A experiência de mulheres nesse conflito também é afetada pelo grupo étnico no qual elas se inserem (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019). No caso de grupos que sofreram deslocamentos forçados e buscam retornar para seus territórios, uma série de fatores representa riscos maiores para as mulheres: sua etnicidade, o alto risco de sofrer violência sexual e acusações de ter cometido algum delito contra a honra de sua família (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2019).

A resolução 1325 (2000) do Conselho das Nações Unidas, que faz parte da agenda de Mulheres, Paz e Segurança, aponta a necessidade de adoção de uma perspectiva de gênero em processos de negociação e implementação de acordos de paz, reconhecendo a importância do papel feminino em diversas camadas desses processos. Entre as medidas recomendadas está o apoio a iniciativas femininas locais de paz e a processos indígenas de resolução de conflitos, envolvendo mulheres em todos os mecanismos de implementação de acordos de paz (CSNU, 2000).





2.2.1. Papel feminino nas manifestações

A compreensão de que é necessária uma abordagem de gênero quando analisando eventos relacionados à segurança é o propósito das análises feministas sobre o tema. De acordo com esse viés de pensamento, todos os aspectos de paz e segurança internacionais são permeados por gênero, sendo também uma forma de estruturar relações de poder em uma sociedade (WHITWORTH, 2008). Além disso, é também necessário compreender as diferentes formas que a violência atinge as pessoas envolvidas: fatores como idade, poder econômico, gênero e posição social se sobrepõem na chamada interseccionalidade, conceito apresentado na obra de Bell Hooks (1984), o que significa que esses fatores moldam significativamente e simultaneamente a experiência que diferentes pessoas têm em suas vidas (AMARAL *et al.* 2018). O foco na forma a qual o gênero afeta as pessoas envolvidas no conflito líbio proporciona uma compreensão mais completa tanto de consequências do conflito para as mulheres quanto sobre as escolhas e ações tomadas por diferentes grupos.

O papel feminino nas manifestações da Líbia foi fundamental (FIDH, 2012). No dia 15 de fevereiro, em Bengasi, esposas, viúvas, filhas e irmãs de homens mortos na prisão Abu Salim, em Trípoli, tomaram as ruas para expressar sua revolta contra o regime (FIDH, 2012). Elas atuaram em diversas frentes durante o período: construindo cozinhas improvisadas em áreas próximas às linhas de frente dos confrontos, atuando como agentes infiltradas nas forças de Kadafi que contrabandeavam informações e armas (THE HUFFINGTON POST, 2011), lutando nas frentes de batalha junto com os homens (FIDH, 2012), cuidando de feridos, dando apoio para o CNT, dentre outros.

Elas desempenharam tanto papéis tidos como tradicionais, como agentes de diplomacia, paz, equilíbrio, reconstrução do que foi destruído pelo conflito e manutenção da ordem doméstica e familiar (WHITWORTH, 2008), quanto papéis fora desse escopo. Alguns exemplos desses papéis são: o de Najla Elmangoush, que ajudou na criação de uma ligação entre as recém-criadas organizações da sociedade civil e o Conselho de Transição, o de Amira Jalayde, que ajudou líderes religiosos a se articularem com a sociedade civil e o Conselho, bem como as mulheres em Trípoli que distribuíram a nova bandeira líbia durante o cerco à cidade (THE HUFFINGTON POST, 2011). Organizações políticas femininas fazem parte da





história da Líbia desde 1955, buscando garantir seus lugares em processos de tomadas de decisões políticas (THE HUFFINGTON POST, 2011).

Durante seu ativismo em busca da construção da paz, mulheres enfrentam violência direta enquanto lutam para reduzir e prevenir violências em diversos níveis (MCKAY, 2004, p. 168).

Mulheres líbias decidiram que a oportunidade de ter seu espaço garantido juntamente com tomadores de decisões durante o novo cenário político era crucial. Embora tenham o direito ao voto garantido desde 1964 no país e a retórica de Kadafi tenha sido teoricamente a favor dos direitos das mulheres, com leis exigindo igualdade de salários entre homens e mulheres e projetos sobre direitos de propriedade e divórcio, esse ainda não era um ambiente seguro (THE HUFFINGTON POST, 2011).

Apesar de conseguirem ter acesso à educação de qualidade, o mercado de trabalho ainda era majoritariamente dominado por homens, tanto que um fator importante para a estabilização econômica do país seria a igualdade de oportunidades entre os sexos (THE HUFFINGTON POST, 2011). Além disso, o assédio sexual era parte da rotina (THE HUFFINGTON POST, 2011), e elas enfrentavam o risco que a utilização de estupros como arma de guerra trazia (MCKAY, 2004). O desejo pelo espaço político enfrenta também desafios ligados a etnias, pois algumas delas possuem preconceitos contra a participação política de mulheres (THE HUFFINGTON POST, 2011). É importante observar essa dualidade que mulheres enfrentam, relacionada a terem papéis ativos durante protestos e campanhas informais, mas serem ignoradas em processos formais de construção de paz (WHITWORTH, 2008).

Com a queda do regime, os direitos das mulheres foram diretamente afetados, pois em Outubro de 2011, o Presidente do CNT anunciou que qualquer medida legal que contrariasse a Sharia - Lei islâmica - seria a partir de então nula e sem efeito, o que incluía leis que autorizavam o divórcio em alguns casos (THE HUFFINGTON POST, 2011). Essa já era uma preocupação das mulheres, desde o surgimento do Conselho, pois elas, apesar de acreditarem que essa lei era a melhor forma de proteger seus direitos, preocupavam-se com uma interpretação restritiva e mais severa da lei (THE HUFFINGTON POST, 2011), que foi justamente o que aconteceu. Em novembro daquele ano, mulheres reuniram-se em Trípoli para uma marcha silenciosa pedindo apoio do governo para vítimas de estupro, que





enfrentavam uma grande estigmatização da sociedade, enquanto seus algozes enfrentam pouca ou nenhuma consequência por seus atos (FIDH, 2012).

A Constituição adotada pelo CNT em 2011, apesar de garantir que cidadãos líbios teriam igual tratamento perante a lei, e afirmar que mulheres teriam oportunidades garantidas para participação política, também estabelece que essa participação não seria em pé de igualdade com os homens (FIDH, 2012).

Embora sejam deixadas de fora da arena pública, o papel das mulheres em processos de construção de paz é significativo em cenários pós-conflitos, sendo capazes de iniciar a restauração da normalidade (MCKAY, 2004, p. 167). Seu foco de trabalho costuma ocorrer em níveis regionais e comunitários, enfatizando processos como reconciliações, ajudando a reduzir e/ou prevenir a violência (MCKAY, 2004, p. 167).

3. Ações Securitárias de Atores Internacionais no Fomento Conflito

Os fatores que contribuem para o fomento e manutenção da guerra por tantos anos transcendem questões nacionais, de modo que, essa pode ser considerada uma “guerra de procuração”, configurando um processo de terceirização da guerra, conceito conhecido como *proxy war* (BRANCOLI, 2017). Ou seja, países que não possuem envolvimento direto em um conflito, como a Líbia, passam a se envolver indiretamente, por vias de influência de grupos opositores pertencentes ao território em conflito (BRANCOLI, 2017). Estas são cada vez mais comuns, por evitarem que grandes potências entrem em conflito direto, disputando suas áreas de influência e firmamento de seus interesses sem que a população das nações influenciadoras e seu território sofram as consequências de uma guerra.

3.1. Partes Interessadas

A Líbia é um território assolado por uma guerra civil que perdura por mais de oito anos, levando o país a ocupar a sexta posição do ranking sobre as “As 10 Democracias mais Fracas da África” elaborado pela *African Centre for the Constructive Resolution of Dispute*, organização social da África do Sul centrada na formulação de estratégias para resolução de conflitos regionais, no ano de 2017. No entanto, um estudo elaborado pela mesma organização sul-africana, baseado no *Democracy Index* (2016), acerca da ligação e influência





existente entre democracia e desenvolvimento, revelou que quando se trata dos 10 países mais desenvolvidos da África, a Líbia ocupa o quinto lugar no ranking. A explicação para essa dubiedade, pauta-se no fato de o país possuir abundância em recursos naturais, como petróleo e gás natural, expressando uma parte dos motivos da vasta presença externa no país (ACCORD, 2017).

A primeira grande presença de atores internacionais no conflito foi em 2011, após o Conselho de Segurança das Nações Unidas ter elaborado a Resolução 1973 (PAIVA, 2012). Esta foi aprovada com 10 votos a favor e cinco abstenções, dentre elas Rússia e China, dois países com assento permanente e, portanto, poder de veto dentro deste Conselho. As constantes violações dos direitos humanos, decorrentes da forte repressão militar por parte do ditador Kadhafi contra os grupos revoltosos e contrários ao seu governo, levaram a Assembleia Geral da ONU a suspender a participação da Líbia no Conselho de Direitos Humanos, alegando haver um estado de exceção instaurado (PAIVA, 2012).

A resolução aprovada pelo CSNU assumia como legítima e necessária uma intervenção militar no país (PAIVA, 2012). A ONU, então, optou pela “imposição de uma zona de exclusão aérea em território líbio, salvo os voos de natureza humanitária”, incluindo “todas as medidas que sejam necessárias” para a proteção da população civil e excluindo, porém, a ocupação militar de qualquer porção da Líbia” (PAIVA, 2012, p. 1).

A Organização do Atlântico Norte, OTAN, foi quem liderou a intervenção em um processo acelerado e pragmático (OLIVEIRA, 2015). Os dois membros principais da organização, Estados Unidos da América (EUA) e Reino Unido, alegaram que a presença por vias militares era de extrema importância para assegurar dignidade e paz ao país e seu povo (OLIVEIRA, 2015). O posicionamento dos componentes da OTAN pode ser representado pela declaração da então secretária de Estado norte americano, Hillary Clinton: “O presidente Obama e eu acreditamos que podemos fazer diferença trabalhando desde o interior da Líbia, em vez de ficar de fora atuando simplesmente como críticos ou observadores” (ALTMAN, 2011).

É importante ressaltar que, sempre que um processo intervencionista ocorre, a autonomia do país é fragilizada, afinal forças armadas assumem parte substancial do comando do país. Além disso, a ampla interdependência existente nas relações internacionais atualmente é um ponto de destaque. Trata-se pois, da dinâmica presente no sistema





internacional, em que a ampla gama de assuntos, como política, economia, sociedade e segurança, formam um emaranhado de interesses correlatos, que possuem reflexo uns nos outros (CEPIK, 2018).

Por esse ângulo, é oportuno analisar a postura tomada pela OTAN durante os anos de intervenção, em especial, os interesses por trás do envolvimento de países ocidentais em um conflito de proporções e causas regionais, como a primavera árabe (PAIVA, 2012). Embora a máxima da OTAN fosse a preservação dos direitos humanos dos líbios, é impossível negar o fato de os países pertencentes à organização terem mantido por muito tempo um bom relacionamento com o ditador Muammar Kadhafî, como é o caso da Itália e do Reino Unido (OLIVEIRA, 2015). O primeiro possuía uma empresa petrolífera na Líbia, enquanto o segundo era um importante fornecedor de armas ao governo de Kadhafî, antes do início das revoltas (OLIVEIRA, 2015).

Nota-se, que o país foi por muito tempo uma fonte estável de fornecimento de petróleo ao Ocidente, chegando a cerca de 1,6 bilhão de barris por dia, tendo com a crise o valor do barril chegado a custar 105 dólares (PAIVA, 2012). Portanto, as alterações no mercado de petróleo desfavoreciam compradores como Alemanha, França e Itália, além da perda de influência na região (PAIVA, 2012). Logo, manter domínio da situação do território era um posicionamento de extrema importância naquele momento (PAIVA, 2012).

Com a captura e morte de Kadhafî pelo Conselho Nacional de Transição, a OTAN finalizou a intervenção militar, iniciando um processo de transição pacífica, embora frágil (PAIVA, 2012). De acordo com o então secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, a situação da Líbia estava pior após intervenção da OTAN, uma vez que a crise humanitária sofreu agravamento (PAIVA, 2012). Além disso, o posicionamento do Ministério de Relações Exteriores da Rússia, via declarações do chefe de chancelaria, Sergei Lavrov, afirmou que:

“Desde o início dos esforços internacionais dedicados para restaurar a Líbia, que foi destruída pela agressão da OTAN, que violou ilegalmente as decisões do Conselho de Segurança da ONU, nós [Rússia] manifestamos a favor de uma resolução através de diálogo nacional” (SPUTNIK, 2018, p.1)

Assim, com a morte de Kadhafî e sem consenso sobre quem seria a nova liderança da Líbia, um grande vácuo de poder instaurou-se no país, dando margem para que grupos armados ocupassem o poder na porção oeste do território, enquanto o lado leste apresenta um governo dividido entre dois centros de poder oponentes (PAIVA, 2012). O primeiro, é o





Governo de União Nacional (GNA), liderado por Fayez al-Sarraj, localizado na cidade de Trípoli, a qual é reconhecida como a capital nacional oficial por países como os EUA, Turquia, Itália e pela ONU. O segundo, possui sede em Tobruk, cidade localizada a nordeste do país e governada pelo General comandante do Exército Nacional Líbio, Khalifa Haftar, apoiado por França, Egito, Emirados Árabes Unidos e Rússia. É importante ressaltar a presença internacional atenuada na região, que interfere por vias de apoio, podendo ser este de caráter logístico, militar, diplomático ou econômico, revigoram o conflito, uma vez que fornecem os meios necessário para a manutenção do cenário belicoso (PAIVA, 2012).

Portanto, com um governo não homogêneo, dividido entre dois governos rivais, e com inúmeras milícias, a nova configuração do país é conflitiva em torno de diferentes agrupamentos rivais étnicos e tribais, campos islâmicos e nacionalistas, e, por fim, pela busca pelo acesso a petróleo e recursos financeiros (OLIVEIRA, 2015).

3.1.1. Países Envolvidos no Conflito

De acordo com o abordado na seção 3.1, os países: EUA, Turquia e Itália, assumem posição favorável ao governo de Trípoli, enquanto, França, Egito, Emirados Árabes Unidos e Rússia, estabelecem apoio ao Comandante Haftar (AFRICANEWS, 2020). Por fim, com base nos dados analisados, o concerto formado por esses países denota uma atividade banal existente no cenário internacional, relacionado à segurança, e questões de guerra e paz, uma constante busca por influência e garantia de assegurar interesses. Trata-se pois do conceito da chamada *proxy war*, o qual foi tratado na seção anterior.

Esse argumento é respaldado pelas motivações de cada país. Iniciando com a Turquia, é possível apontar que seu envolvimento está diretamente relacionado à presença do Egito e dos Emirados Árabes Unidos (EAU) na Líbia, dois países que disputam diferentes questões do cenário internacional com a Turquia (ARAÚJO, 2011).

A relação entre os Emirados Árabes Unidos e a Turquia é de competição latente (IPEK, 2017). Ambos buscam ampliar suas zonas de poder, sendo esta uma área que abarca desde os Balcãs até a Somália (IPEK, 2017). No entrave da disputa entre as nações, a mídia internacional deu enfoque ao apoio financeiro dos EAU à tentativa de golpe de estado turco em 15 de julho de 2016. O estreitamento de relações entre Catar e Turquia é motivo de preocupação dos Emirados Árabes Unidos, dado o fato deste ter rompido relações





diplomáticas com Doha, capital do Catar, declarando que o país incita instabilidades regionais no Oriente e norte da África, via apoio de organizações terroristas (IPEK, 2017). No que tange a relação entre Cairo e Ancara, a situação também é de tensão, pois o Egito acusa a Turquia de estar ampliando a zona de influência econômica e militar no norte da África, alegando que o país turco teria construído várias bases militares na África (AFRICANEWS, 2020).

Diante das tensões expostas, torna-se possível identificar o motivo dos três países assumirem lados opostos na guerra civil da Líbia. Porém, além das relações bilaterais entre - Turquia e Egito e Turquia e Emirados Árabes Unidos - serem conflitivas, há também interesses nacionais de cada Estado concernentes à importância do Mediterrâneo Oriental - onde se localiza a Líbia - como maneira de assegurar os domínios de perfuração de petróleo (ARAUJO, 2011).

Ademais, o governo turco e o GNA assinaram juntos acordos de cooperação marítima e militar para criação de uma zona econômica exclusiva em todo o mediterrâneo e apoio financeiro ao GNA, com tropas, armas e especialistas militares turcos (WHO, 2020). No que tange ao apoio dos Emirados Árabes Unidos e do Egito a Haftar, é possível afirmar que o posicionamento dos países é decorrente do fato de acreditarem que o general é o mais apto a manter a instabilidade local, impedindo que grupos islâmicos extremistas atinjam o comando da região (AFRICANEWS, 2020).

Dentre os países europeus envolvidos no conflito, a Rússia recebe um papel de destaque no que diz respeito ao relacionamento com a Turquia (ARAUJO, 2011). As relações entre as nações assumiram contornos assertivos pelo fato de serem aliados de governos divergentes, uma vez que Moscou auxiliou Haftar com o envio de ajuda logística e contingente humano - mercenários - enviados na tentativa de ocupar Trípoli (AFRICANEWS, 2020). Ademais, segundo declarações estadunidenses, outra maneira de comprovar a participação russa é pela estadia do Wagner Group na Líbia, um empresa russa de segurança privada acusada de enviar combatentes no auxílio da Força Nacional Líbia (AFRICANEWS, 2020). O presidente Vladimir Putin, porém, afirmou que seu país não é responsável por remunerar tal grupo (AFRICANEWS, 2020).

É importante ressaltar que, ainda que o CSNU tenha aprovado a Resolução 1973/11, favorável a intervenção militar, a qual foi executada pela OTAN, a Rússia estabeleceu





posicionamento abstensivo (PAIVA, 2012). A postura russa desde o início das negociações securitárias a respeito da Líbia se manteve divergente daquela executada pela as determinações da maioria dos membros do Conselho de Segurança (PAIVA, 2012).

O posicionamento dos países europeus não coincidem em sua totalidade. Haja vista o parecer da França, que mesmo não tendo manifestado oficialmente seu apoio a nenhum dos grupos que lideram o país, tem adotado um posicionamento que busca fortalecer o diálogo entre Trípoli e Tobruk (PIMENTEL, 2018). Em um encontro com as lideranças antagônicas líbias em Paris, surgiu a possibilidade de uma convocatória de novas eleições, evento que foi visto como um vitória e que em certa medida recaiu sobre os franceses. De maneira semelhante, a Alemanha, que vem desde 2015 trabalhando na contenção do número de pedidos de asilo para conter a crise migratória, busca, por vias diplomáticas, por fim ao conflito (AFRICANEWS, 2020). Além disso, a chanceler Angela Merkel ofereceu que Berlim fosse a sede da Cúpula de negociação entre os partidos, com intuito de conter a presença militar internacional na região e convocar novas eleições (AFRICANEWS, 2020). No início de 2020 a Alemanha, juntamente da ONU, realizou uma conferência em Berlim buscando atingir um acordo de paz, no qual estiveram presentes todas as partes envolvidas no conflito e houve o consenso em elaborar uma solução por meio de um processo político liderado pelos líbios (LÍBIA, 2020).

Contudo, em 2019, o jornal norte-americano *The New York Times* revelou que tropas do General Haftar mantinham sobre seu domínio mísseis balísticos franceses, episódio que obrigou Paris a se pronunciar acerca do acontecido (PIMENTEL, 2018). Paris reconheceu a origem francesa dos equipamentos, no entanto, rebateu as acusações, alegando que a finalidade dos objetos seria para uso exclusivo de grupos antiterroristas franceses, e que esses equipamentos estavam danificados e impedidos de uso (PIMENTEL, 2018).

Os motivos para o envolvimento de Paris no confronto podem ser analisados em diferentes aspectos. Primeiramente, pelo lado securitário, há a preocupação com grupos armados de caráter terrorista que podem ser formados em um contexto de guerra, como o que assola a Líbia (PIMENTEL, 2018). Na tangente questão econômica, conforme já mencionado, o petróleo é fundamental para a manutenção das economias globais, logo, um contexto de extrema instabilidade incide no norte da África de maneira negativa sobre o preço e a disponibilidade do barril de petróleo para o mundo (PIMENTEL, 2018). Por fim, outro





motivo é o prestígio internacional que o líder francês alcançaria, caso estabelecesse um cessar fogo na nação líbia (PIMENTEL, 2018).

É possível notar que muitas são as causas que levam países extra continentais a se envolverem no fomento do conflito líbio. Em relação à Itália, além do já mencionado, há um fator ainda mais arraigado que mantém a proeminência do país na guerra, este elemento consiste em aspectos remanescentes do colonialismo exercido na região do norte da África, que durante muito tempo adotou um comércio fechado com a economia italiana (AFRICANEWS, 2011).

Por conseguinte, a presença turca e russa no território desperta certa vulnerabilidade ao domínio italiano (AFRICANEWS, 2011). No início da guerra, a Itália era aliada do GNA, exercendo esforços para conter fluxos migratórios e proteger as reservas de petróleo e gás natural (AFRICANEWS, 2020). Por fim, ativistas de direitos humanos tiveram suas atenções voltadas para a estratégia italiana de equipar a guarda costeira líbia, com o intuito de interceptar barcos europeus contrabandistas (AFRICANEWS, 2020).

4. Consequências do conflito para a Sociedade Civil

4.1. Grupos Vulneráveis na Sociedade Civil

Cenários de combate armado resultam em complicações à vida humana. Tanto de participantes diretos do conflito, como é o caso de membros de forças armadas e demais grupos envolvidos na disputa bélica, quanto de pessoas que não envolvem-se nas hostilidades, mas presenciam as ações (WILLIAMS, 2008). Ao considerar a realidade vivida nesses contextos de batalha que o Direito Humanitário Internacional foi desenvolvendo-se ao longo das décadas. De início, direcionava-se majoritariamente ao grupo de participantes diretos tratando de resgate e tratamento de feridos em batalhas. Assim, formalizando-se a proteção tanto dessas vítimas quanto das pessoas que os socorressem, com a aprovação da primeira Convenção de Genebra para a proteção de vítimas da guerra em 1864 (PEYTRIGNET, 1996).

Demais convenções foram elaboradas, geralmente após conflitos significantes internacionalmente e de grande escala, como foram as Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Ao passar do tempo, novas perspectivas e grupos a serem protegidos são adicionados às subsequentes convenções. Diante das baixas de “não combatentes” durante a 2ª Guerra





Mundial, evidenciou-se a necessidade de codificar orientações à proteção civil, promulgando-se assim, a quarta Convenção de Genebra (1949) em vigor até hoje (PEYTRIGNET, 1996).

Após o cessar fogo desse segundo conflito de escala mundial, ao notar a ascensão de guerras não abarcadas por dispositivos das convenções e conflitos de caráter interno, entra-se em consenso acerca da urgência em reformar o direito humanitário. Em 1974, uma nova conferência estabelece pautas de importância que resultam em dois Protocolos Adicionais às convenções, que visam abordar as especificidades de guerras de descolonização, o Primeiro Protocolo⁶, e o Segundo Protocolo que dirigia-se à “conflitos internos”, ou “não internacionais”, “cuja intensidade ultrapassasse as características das situações de simples distúrbios internos” (PEYTRIGNET, 1996).

Essas Convenções e Protocolos exprimem caráter obrigatório até mesmo para a partes que não os assinaram, pois desdobram-se em princípios e normas⁷ que configuram “compromissos absolutos de humanidade” e expressam respeito mínimo à dignidade de todo ser humano (PEYTRIGNET, 1996). Assim, na ocasião da Crise da Líbia, obrigações firmadas nos dispositivos deveriam e devem ser observados e garantidos. E tratando-se da análise da conjuntura apresentada neste Estado, confere-se maior relevância em analisar e considerar acontecimentos à luz do Segundo Protocolo Adicional (1977): que trata de Civis em conflitos “não-internacionais”⁸, assim como tendo em consideração os sujeitos destacados na Quarta Convenção de Genebra (1949).

Destacando-se o grupo de civis em específico, há a parcela envolvida diretamente nas hostilidades de guerra - como no caso de membros de grupos armados não-estatais - e a parcela “não combatente” de civis - que não exercem funções bélicas - (PEYTRIGNET, 1996). E dentre ambas parcelas da população civil, destaca-se a existência de grupos sociais que vivenciam perspectivas particulares e ações direcionadas.

⁶ Não somente especificidades dessas guerras de libertação nacional, demais especificidades a serem elencadas no decorrer do presente tópico.

⁷ Princípios estabelecem valores gerais de ampla aplicação que funcionam como guias, já normas (ou costumes em linguagem do Direito) são mais diretas e tem caráter imperativo, geralmente, que vem a proibir certas práticas.

⁸ Denota-se aqui que, ainda que o conflito ocorra em fronteiras internas de um Estado, e seja nomeado não internacional, não exime a existência de atores internacionais com interesse e presença no conflito, assim como foi exposto em tópico acima.





A afirmação da não homogeneidade dos indivíduos é observada no Princípio⁹ do Direito Humanitário (DIH) de que o “tratamento conferido aos envolvidos nas hostilidades deve ser de acordo com a humanidade que lhes é particular”(ANDRADE, 2019, p.91). Ademais, dispositivos do Primeiro Protocolo Adicional das Convenções de Genebra já prevêem proteção específica para crianças, mulheres e jornalistas a exemplo, reiterado e aplicado no âmbito interno pelo Segundo Protocolo (ANDRADE, 2019) (ANNONI; MACIEL; ROSA, 2019).

4.1.1 Vulnerabilidade das Mulheres

A violência de gênero define-se como agressão dirigida a um indivíduo com base em seu papel específico de gênero na sociedade (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2003). Entre as ocorrências dessa violência direcionada estão: assédio, mortes por honra, predileção, seleção de gênero pré-natal ou aceitação da violência como modo básico de relacionar-se (PLAN INTERNATIONAL, [s.d.]). Homens, mulheres e pessoas transgêneros - quer eles mantenham-se binariedade homem/mulher ou afastem-se desta - experienciam esse tipo de violência que, como supracitado nem sempre remete à agressão ou ao assédio sexuais (RAJAGOPALAN, 2010). Contudo, no mundo de estruturas patriarcais, o grupo de mulheres¹⁰ é o mais atingido (UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT, 1994).

“Em nenhuma sociedade mulheres estão seguras ou são tratadas igualmente aos homens” (UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT, 1994, p.31). Elas são submetidas e inferiorizadas hierarquicamente, enfrentam desigualdades de poder e sofrem abusos da infância à vida adulta unicamente devido a seu gênero por variadas razões: desde biológicas, como menor força física, a fatores socioculturais existentes (UNITED NATIONS DEVELOPMENT REPORT, 1994).

Não destoante da regularidade, a sociedade na Líbia denota-se predominantemente masculina (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2018). No país, há evidências de discriminação e violência contra mulheres e o reconhecimento de que direitos desse grupo é

⁹ Ver nota de rodapé “ 4 ”.

¹⁰ Lê-se aqui tanto designadas enquanto mulheres ao nascer assim como mulheres transgênero. Aproveita-se ainda para destacar que dentre o grande marcador de gênero (mulher) há diversos outros marcadores sociais que perpassam a vivência desse grupo diverso a ser desenvolvido à seguir [Ler tópico 4.1.2].





mitigado (Ibidem, p.18). O desbalanço na estrutura social patriarcal - característica marcadora do sistema no qual homens mantêm-se como sujeitos que obtêm poder primário e estão hierarquicamente acima dos demais - envolve dependência, falta de poderes econômicos e políticos e mobilidade social limitada dos indivíduos subjugados (MCKAY, 2004).

De acordo com relatório da ONU Mulheres, cerca de 35% das mulheres de todo o mundo já sofreram violência física ou sexual (MCKAY, 2004). A vulnerabilidade do grupo ganha relevo em contextos de crise quando a recorrência dos abusos aumenta, indicando que 7 entre 10 mulheres tenham passado por essa violação (MCKAY, 2004). Destacando-se, portanto que, quanto à falta de seguridade mulheres são afetadas de forma mais incisivas que seus pares, à medida que: “em conflitos armados, as mulheres sofrem as mesmas ações violentas que os homens, tortura, morte, escravidão, sendo, todavia, objeto ainda de práticas específicas relacionadas ao gênero, comumente expressas pela forma de violência sexual, mas não somente” (ANNONI; MACIEL; ROSA, 2019, p.260).

A violência contra mulheres tem várias ocorrências: violência doméstica, aumentada devido a maior incidência de armas, exploração sexual¹¹, mutilação genital feminina, tráfico de mulheres e a violência sexual, assim como a tentativa de cometê-la. Essas ganham resignação durante os contextos de crise e conflito e são crimes utilizados como instrumento de guerra. A violência sofrida por meninas e mulheres, de maior ocorrência, torna-se uma humilhação à vítima, e é ainda direcionada a seus familiares e comunidades (ANNONI; MACIEL; ROSA, 2019). Além de poder assumir o intuito de “limpeza étnica” ao categoricamente objetivar o apagamento de um grupo determinado por meio de gravidez e casamentos forçados, a violência de gênero também é tida como fator “encorajador” de combatentes, ao covardemente tratar o abuso como recompensa no pós conflito (RAJAGOPALAN, 2010).

Embora mulheres adultas não salvem-se de serem vitimadas, meninas na primeira infância à faixa da adolescência são as mais vulneráveis nessas circunstâncias (RAJAGOPALAN, 2010). Para ambos grupos é difícil manter-se à salvo, uma vez que a rede de proteção social esteja fragilizada ou seja inexistente (RAJAGOPALAN, 2010). Diante da

¹¹ Obtenção de lucro financeiro, ou outras formas de favorecimento adquiridos devido ao incentivo à prostituição, ou trocas de favores sexuais (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2003).





insegurança, a migração torna-se uma necessidade por vezes, situação que, entretanto, não resulta necessariamente em melhorias a sua sobrevivência (Ibidem).

Disputas internas, como na conjuntura vivida na Líbia, são pontuadas por hostilidades locais e a situação de migrantes ocorre tanto com civis que emigram rumo ao exterior, quanto com grupos que saem da região onde vivem rumo a outra região nacional em os deslocamentos internos (UNITED KINGDOM HOME OFFICE, 2018). Nesta última situação, essa população forma a categoria de Pessoas Internamente Deslocadas, as quais não ultrapassam fronteiras nacionais e, portanto, em certo nível encontram-se desassistidos por mecanismos, políticas ou organismos internacionais dedicados à proteção de pessoas deslocadas por não contemplarem definições e positivamente postas em instrumentos do Direito, a exemplo das especificidades do Direito Internacional para os Refugiados (RAJAGOPALAN, 2010).

As mulheres internamente deslocadas enfrentam a insegurança psicológica de estar distante de seu lugar de residência e identificação, contudo, continuam sobrevivendo sobre o mesmo governo, quando há algum, e sob as mesmas leis, se existentes. Sua vulnerabilidade é agravada pela marcante impunidade, já que uma vítima de violência tem sua voz silenciada pela ausência de instâncias às quais recorrer (RAJAGOPALAN, 2010).

Em situações em que perpassam as fronteiras nacionais, as refugiadas ainda são atribuídas a atividades designadas como “próprias de seu gênero” a exemplo de ir à procura e recolhimento de lenha, que implicam em longas caminhadas em regiões geralmente afastadas dos campos de refúgio. Além disso, elas também sofrem com fatores como uso de banheiros comunitários - ausência de privacidade - ou ainda, devido toda a insegurança da situação, terem sua mobilidade incisivamente cerceada por suas comunidades e famílias (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2003). Percebe-se que embora assistidas por leis relevantes e aplicáveis do Direito para os Refugiados, meninas e mulheres migrantes ainda enfrentam a insegurança (RAJAGOPALAN, 2010).

4.1.2 Interseccionalidade e mecanismos de proteção à vulnerabilidade de mulheres

A aplicação dos direitos humanos configura um cunho universalista desde sua origem. Os supracitados mecanismos de proteção de civis postos no Direito Internacional igualmente





fundamentam-se em uma homogeneidade. Essa tendência a desconsiderar marcadores sociais acontece tanto referente à gênero quanto a demais vivências que, portanto, imprimia apenas uma proteção formal que comprometeria experiências únicas não mencionadas/consideradas (CRENSHAW, 2002). Isto desdobra-se até a implementação de mecanismos voltados aos direitos das mulheres que denotam que sua dignidade humana não deveria ser apenas protegida em situações as quais suas vulnerabilidades coincidissem às mesmas sofridas por homens (CRENSHAW, 2002).

Na tentativa de aprofundar o alcance do Direito e tornar possível a expansão de proteção e garantias, esforços internacionais foram tomados, como é o caso da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, assim como Conferências Mundiais contra Discriminação Racial e Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Essas ações, preocupadas na inserção do recorte de gênero, de raça e discriminações raciais no âmbito das ações pelos direitos humanos, traçam estratégias e eventualmente consegue-se cobrar por compromissos que se dirijam a tais perspectivas, que, contudo, não exprimem a mesma força que os compromissos das Convenções de Viena (CRENSHAW, 2002).

A sobreposição de trajetórias, ou interseccionalidade, portanto, permite entendimento minucioso, identificação de problemas específicos e atuação mais eficaz, já que ao considerar e utilizar marcadores sociais percebe tanto problemas e fragilidades exclusivos de grupos específicos ou ainda questões que atingem desproporcionalmente apenas algumas mulheres, eliminando a invisibilidade de questões originadas nas definições generalistas (CRENSHAW, 2002).

De modo a ilustrar, há o exemplo do processo de genocídio em Ruanda, no qual houveram violências de gênero, porém de modo seletivo e majoritário às mulheres Tutsi (CRIDER, 2012). Contudo, o entendimento não foi vinculado em todos os processos do Tribunal Penal Internacional para Ruanda.

Em certo processo 15 crimes de genocídio foram imputados na pena de Jean Paul Akayesu, em que o tribunal inclui o crime de violência sexual enquanto ato e arma do crime, apontando em sua sustentação a destruição psicológica e física direcionada especificamente às mulheres Tutsi. Enquanto, no caso de Mikaeli Muhimana, também responsabilizado e punido em crimes genocidas, a promotoria do caso desvincula as violações de cunho sexual à identidade das vítimas e suas motivações étnicas (CRIDER, 2012, p.35-36).





Em comparação, tem-se no primeiro processo a consideração de dois marcadores sociais (gênero e identidade étnica) que identificam precisamente o grupo vitimado - mulheres, especificamente do grupo étnico Tutsi -. Enquanto no segundo processo o grupo vitimado é generalizado às mulheres. Essa má percepção, que não considera a sobreposição de marcadores sociais, dificulta a atuação reparativa, de tratamentos e reintegração das vítimas. Uma vez que, medidas preventivas que deveriam ser direcionadas às mulheres Tutsi, por estarem no grupo de risco - mais propensas a sofrer essa violência motivada por discriminação étnica e violência de gênero - acabam subnotificadas por ações e políticas públicas e invisibilizadas diante da falta de distinção (CRENSHAW, 2002).

“Os esforços no sentido de melhor compreender os problemas ligados a interseccionalidade passam por um ponto de inflexão que vai de sua presente invisibilidade até a conscientização dos membros de órgãos revisores dos tratados internacionais, dos formuladores de políticas públicas, de ativistas de ONGs e de tantos outros atores” (CRENSHAW, 2002, p.180).

A inação também é uma questão: a participação de mulheres enquanto agentes em missões de paz é uma possibilidade, porém, com olhar mais apurado denota-se que sua presença é desencorajada por uma estrutura marcada por barreiras de gênero (REHN; SIRLEAF, 2002). O desincentivo vem na forma de violências como assédio sexual, mas também por condições institucionais como impedimento de ascensão na carreira, recorrentes desafios ao seu papel de autoridade ou falta de apoio de sedes dos organismos internacionais às unidades e assessores dedicados às questões de gênero (REHN; SIRLEAF, 2002).

Há tanto desinteresse em inserir-se formalmente nesses círculos mulheres das comunidades anfitriãs de ações internacionais, quanto ausência de capacitação e/ou abertura à consulta de mulheres marginalizadas por esses organismos. A barreira ao acesso influi também sobre a não inserção de mulheres que debatem de maneira autônoma em grupos ativistas. Diante disso, nota-se que a lacuna de participação mais recorrente de mulheres de diversas vivências nos debates viria a ser mitigada com políticas de acessibilidade a essas esferas, de modo a viabilizar sua presença em organismos atrelados ao Direito Humanitário e/ou em promoções de atividades preocupadas na relação entre gênero e segurança (REHN; SIRLEAF, 2002).

5. Caminhos Alternativos para Resolução do Conflito





5.1 Papel da Sociedade Civil

A intervenção ocidental no continente africano em razão do imperialismo e posterior processo de colonização causou a destruição de importantes estruturas organizacionais das sociedades dos países africanos, como mudanças estruturais das instituições, as quais foram obrigadas a se adequar ao modelo europeu, implementando as regras e modus operandi das nações que exerciam poder sobre a África (ADEMOWO, 2015). Nesse sentido, é possível afirmar que importantes sistemas de organização social, jurídica e política, com diretrizes únicas, surgidos de realidade específicas, baseados no cotidiano de determinado território, viram-se obrigados a incorporar padrões e princípios completamente avessos aos de origem, consagrando a presença internacional e ocidental nas instituições africanas (WAINDIN, 2019).

Esse processo é uma forma muito eficaz de subordinação de uma nação à outra (ADEMOWO, 2015). Visto que, ao obrigar a incorporação de leis adversas a um país, todo o sistema operacional deste passa a ser controlado pela ótica do explorador, o país imperialista (ADEMOWO, 2019). É indubitável afirmar que ações como essa geram desestabilização do funcionamento social de qualquer organização social que, embora seja obrigado a se adaptar à nova lógica, carrega por gerações as consequências da imposição ocidental (BOURDIEU; SAYADE, 2006). Assim, escondido em um discurso “integralista”, o colonialismo assume a sua face mais eficaz de domínio, a “desestabilização social” como arma de guerra (BORDIEU; SAYADE, 2006).

No entanto, é preciso salientar que, antes da ingerência europeia em território africano, os países, sob lógica específica construída de acordo com as demandas locais, operam de maneira eficaz na resolução de conflitos que viriam a surgir na região, isso denota que, a sociedade do país imerso em um conflito é capaz de resolver sua situação de maneira independente de ajuda externa (ADEMOWO, 2019). Em se tratando especificamente de questões de cunho securitário, como o cenário belicoso instaurado na Líbia, valores de paz, segurança e respeito, prevaleciam na estruturas institucionais do continente (ADEMOWO, 2019).

Um exemplo de como o eixo sociedade civil pode auxiliar na resolução da Guerra Civil Líbia é por meio do *African Center for the Constructive Resolution of Disputes*





(ACCORD), uma organização da sociedade civil sul-africana que busca alternativas criativas para o gerenciamento de problemas regionais. Seu escopo de trabalho baseia-se no diálogo e desenvolvimento institucional como alternativa ao conflito armado. Eles possuem um corpo de especialistas em administração, análise e prevenção de realidades conflitivas e sua atuação configura-se na mediação, negociação, pesquisa, treinamento e análise do conflito.

Em suma, o trabalho realizado pelo ACCORD, que é reconhecido pela ONU, é similar ao desenvolvido por organismo internacionais, nos quais os países do eixo central - EUA e Europa - são os mais poderosos em termos de capacidade de deliberar uma tomada de decisão, como acontece no CSNU, comitê com poder vinculante, cujos membros permanentes são compostos majoritariamente por países ocidentais mais ricos. Diferentemente, o ACCORD apresenta como objetivos: “facilitar a introdução, apoio e sustentabilidade de intervenções de gerenciamento de conflitos em sociedades afetadas por conflitos; utilizar a análise do conflito para conceituar programas de prevenção, manutenção da paz, manutenção da paz e construção da paz; aprimorar políticas, pesquisas e práticas no campo da gestão de conflitos e contribuir para a paz e o desenvolvimento sustentável na África e além” (ACCORD, 2017, p.1).

5.2. Comunidades Tradicionais

Assim como a sociedade civil, as comunidades tradicionais também possuem papel de grande importância na resolução de conflitos. Esse argumento é fundamentado em questões similares aos apresentados na seção anterior - papel da sociedade civil na resolução de conflitos -. O fator de inclusividade dos sistemas de governo tradicionais presentes no continente africano reflete uma metodologia eficaz por conter orientações sociopolíticas da região, configurando um esquema de tomada de decisão que se alinhe ao movimento *bottom-up*, ou seja uma abordagem “de baixo para cima”, que em linhas gerais parte do micro para o macro, considerando importantes especificidades, como no caso da resolução de conflitos, a presença de grupos tradicionais, que participam diretamente na formulação de soluções e tomadas de decisão (MCKAY, 2004).

Esta lógica difere da abordagem *top-down*, a qual configura uma metodologia de cima para baixo, partindo do macro o micro, analogicamente similar ao sistema imposto pelos europeus no continente (MCKAY, 2004). Nesse contexto, as particularidades e os grupos





marginalizados são deixados de lado por não configurarem o todo pertencente do poder de operação.

No caso líbio, as comunidades tradicionais desempenham papel fundamental sob a constatação de que cerca de 90% da população pertence ou descende de alguma comunidade tradicional (AL-SHEDEEDI, EZZEDINE, 2019). Essas comunidades contam com tradições históricas em processos de resolução de conflito, por vezes mesmo institucionalizadas no Estado local. A consideração desses mecanismos é essencial para um processo de construção de paz que seja adequado ao povo líbio e, portanto, possa ser concretamente instituído e seguido de maneira integral (AL-SHEDEEDI, EZZEDINE, 2019). A resolução de conflito e a restauração da paz não ocorrem de forma universal, depreendendo-se a importância do *bottom-up* para a construção de uma paz estável e duradoura na Líbia (MCKAY, 2004).

Outrossim, a identificação com uma comunidade tradicional significa um apoio coletivo para o indivíduo que é afetado pela guerra civil, e, portanto, apresenta uma possibilidade tangível de reconstrução para o país em um cessar do conflito (AL-SHEDEEDI, EZZEDINE, 2019). A comunidade tradicional, ao atentar para as necessidades de seus pertencentes, pode propor diversos elementos essenciais à construção da paz, como segurança, saúde e educação (AL-SHEDEEDI, EZZEDINE, 2019). Mais uma vez, observa-se a indivisibilidade dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, associando o processo de paz a outras urgências da sociedade (ONU, 2015). Dessa forma, a participação das comunidades tradicionais é essencial não exclusivamente no processo formal de resolução, mas também na reconstrução da sociedade pós-conflito.

5.3. Papel feminino na resolução

A importância da presença feminina e da atenção especial adequada às suas necessidades no que tange à segurança estende-se ao processo de resolução e reconstrução pós-conflito (MCKAY, 2004). Em sociedades pós-conflito, a negligência em relação às necessidades das mulheres não apenas lhes é amplamente prejudicial, mas também a negligência de seu potencial de participação nesse processo prejudica a sociedade pós-conflito como um todo. (MCKAY, 2004) Todavia, esses aspectos ainda são amplamente subexplorados, uma vez que esse grupo muitas vezes encontra pouco espaço político no processo de pós-conflito e reconstrução da paz, assim como ocorre em outros âmbitos da





segurança internacional (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 76). Segundo Rehn e Sirleaf, “é necessária feroz determinação e intenso *lobby* para que elas sejam incluídas com participantes em governos de transição. Partidos políticos que estão construindo a democracia dificilmente se voltam a elas” (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 76).

No processo de construção de paz em uma sociedade pós-conflito, as pautas femininas são essenciais para a construção efetiva de uma paz duradoura e estável (REHN, SIRLEAF, 2002). Devido a funções sociais essencialmente diferentes, as mulheres que enfrentam situação de conflito o fazem sob experiências diferentes dos homens, gerando percepções diferentes de fatores que serão importante no posterior projeto de construção da paz (MCKAY, 2004). Como exemplo, a percepção de que a verdadeira paz deve estar associada à igualdade de gênero (ONU, 2015) representa uma luta essencialmente feminina pela conquista de direitos e espaços que, historicamente, cabe a figuras masculinas (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 76).

Ademais, a participação feminina é relevante não apenas na luta pela igualdade de gênero, mas também na ocupação de espaços políticos, sociais e militares na área de paz e segurança que costumavam ser tradicionalmente masculinos (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 79). Assim, é importante reconhecer a participação feminina em situações de resistência, manifestação, tentativas e principalmente busca de resolução, operações pacificadoras e preparações para cessar-fogo.

Ressalta-se que o protagonismo feminino em sociedades pré-conflito não pode ser determinado sob um roteiro único, visto que as mulheres experimentam a guerra de forma diferente de acordo com diversos outros grupos sociais no qual estão inseridas. A interseccionalidade é primal ao se analisar as diferentes formas sobre as quais as mulheres lidam com a guerra, e, conseqüentemente, podem atuar em sua resolução (TICKNER, *apud* MCKAY, 2004). Como exemplo, ainda que não no meio político por meio de negociações formais, mas sim dentro de um papel social pré-estabelecido, as mulheres desempenham funções importantes em um cenário arrasado pela guerra (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 76).

As mulheres tendem a se aproximar de grupos vulneráveis em uma sociedade de conflito, testemunhando a carência de educação, saúde e trabalho intensificadas pela situação de guerra (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 79). Rehn e Sirleaf citam o exemplo de Ruth, em Serra





Leoa, para quem a construção de paz significa receber em sua casa as crianças de vizinhos, parentes e amigos que foram mortos na guerra. (REHN, SIRLEAF, 2002, p. 76)

Todos esses importantes papéis, desde o ativismo feminino até a reconstrução local da sociedade, são verídicos para o caso líbio. A participação das mulheres foi essencial desde os protestos populares que derrubaram Muammar Kadhafi em 2011 até a reconstrução de uma sociedade civil arrasada pela guerra, que conta com 647 causalidades civis incluindo 284 vítimas desde o começo da ofensiva à capital Trípoli, em abril de 2019, até dezembro do mesmo ano (ASSAD, 2019).

6. Conclusão

Analisando a questão da Líbia, conforme abordado na seção 2, infere-se que a situação atual do país iniciou-se com um processo regional, a primavera árabe, que visava implementar um regime democrático, diferente do que estava vigente naquele momento, sob a liderança de Kadhafi. No entanto, um ponto de grande destaque no estudo em questão, consiste no esforço de exercer uma visão contra hegemônica da questão líbia. Trata-se pois de dar voz aos grupos que são silenciados em momentos belicosos, mas que, além disso, e tão preocupante quanto, são invisibilizados ao longo de suas vidas, havendo ou não um conflito. Por essa razão, este artigo se esforçou em estabelecer um paralelo com a Agenda 2030 e os ODS, com a finalidade de produzir um conhecimento por vezes marginalizado no meio acadêmico e no âmbito do Conselho de Segurança.

Seguindo esse raciocínio, é importante ressaltar pontos de relevância quando se trata do CSNU, tais como questões pragmáticas de envolvimento de países externos no conflito, medidas securitárias, identificar os grupos envolvidos e analisar o posicionamento internacional frente a realidade. Elucidar o processo de *proxy-war*, trabalhado ao longo da seção 3, é um fator que deve ser considerado muito importante para se entender os motivos que levaram a manutenção da guerra por tanto tempo, perdurando até os dias atuais. Assim, o esforço deste artigo se concentrou em explicar que, embora tenha se originado por razões e pautas oriundas de uma determinada região, o conflito da Líbia, apresentou-se ao sistema internacional como uma oportunidade em desenvolver disputas entre nações de grande peso, sem que estas sofram as consequências de uma guerra.





No entanto, o cerne deste trabalho está em desenvolver uma análise crítica, de modo a dar visibilidade às minorias, para tanto, pensar a interseccionalidade presente na constituição dos grupos envolvidos na guerra é imprescindível para se construir um procedimento de pacificação do cenário bélico eficiente. Conceber que aqueles povos que mais sofrem as consequências da guerra são os que convivem diariamente com a situação e que estão, portanto, suficientemente aptos a lidar com o processo de cessar fogo e implementação da paz.

Conforme já exposto ao longo do artigo, o envolvimento ativo do trabalho de mulheres nos organismos internacionais, e no trabalho de campo - no meio do conflito - mostrou ser uma atividade de grande êxito. Um dos principais exemplos são operações de paz, as quais abrem margem para discussão acerca do grau de efetividade, uma vez que a opressão de gênero é um fator recorrente nesses casos, tendo em vista que esta é uma operação majoritariamente composta por homens. Quando postas em perspectiva as operações de paz representadas por mulheres apresentam significativa queda no número de violação à parcela feminina do local foco da interferência. No entanto, não é só na resolução do cessar fogo que o papel feminino se faz importante, tanto no pré-conflito, como posteriormente, o ativismo se faz necessário. É nesse contexto que é imprescindível pensar a interseccionalidade nesse meio, ou seja, as mulheres que estão vivenciando a guerra são múltiplas, detentoras de necessidades e privilégios diversificados, logo, essas diferenças, afetam a maneira que os diferentes perfis femininos experimentam as consequências da instauração de uma realidade bélica. Da mesma maneira, as formas de agir, o trabalho e contribuição também são diferentes para cada mulher.

De modo semelhante, é de suma importância defender a importância da sociedade civil em meio a guerra. Essa afirmação foi trabalhada neste estudo, em paralelo ao trabalho realizado pelo Conselho de Segurança, ou seja pelas tomadas de decisão construídas por países, majoritariamente europeus, fora do eixo local da guerra, discutindo a melhor maneira de implementar a paz em uma nação que apresenta diferenças culturais, sociais e políticas. Tal argumentação recebe respaldo no fato de que os grupos originários e comunidades tradicionais tiveram, no passado, que desenvolver maneiras de solucionar os conflitos que acometiam seu território, esse conhecimento não foi dissipado, pelo contrário, resistiu aos processos de colonização e imposição de estruturas sociais da metrópole colonizadora. Saber





a importância de valorizar e implementar em vias institucionais a participação desses grupos na mesa de negociação trata-se de um ato democrático e eficiente.

7. Referências bibliográficas

AL-SHADEEDI, Al-Hamzeh; EZZEDDINE, Nancy. **Libyan tribes in the shadows of war and peace**. CRU Policy Brief of war and peace. CRU Policy Brief, Holanda, fev. 2019.

AMARAL, A., MORAES, B., COELHO, I., COSTA, L. (2018). **Vulnerable groups in situation of conflict: The cases of women and LGBT persons**. In Amaral, A., Cais, C., Souza, G., Oliveira, V. (Eds.), *Forging connections: When dialogue prevails over walls*. Brasília, DF: UnB; Art&Letras.

ANDRADE, Jonathan Percivalle de. **A arquitetura do Direito Internacional Humanitário: limitação ao uso da força e o tratamento conferido aos envolvidos nas hostilidades**. Em: Liliana Lyra Jubilut [et al.], (Organizadores). *Direitos Humanos e vulnerabilidade e o direito humanitário*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

ANNONI, Danielle; MACIEL, Sabrina Hatschbach; ROSA, Gabriela de Lucca O'Campos da. **Direito Internacional Humanitário e Gênero**. Em: Liliana Lyra Jubilut [et al.], (Organizadores). *Direitos Humanos e vulnerabilidade e o direito humanitário*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

ASSAD, Abdulkader. **UNSMIL documents 647 civilian casualties since start of Tripoli offensive**. The Libya Observer, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.libyaobserver.ly/news/unsmil-documents-647-civilian-casualties-start-tripoli-offensive>. Acesso em: 7 jan. 2020.

BBC. **Algeria election: Fresh protests as Tebboune replaces Bouteflika**. 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-50782676>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BBC. **Egypt president could rule until 2030 as constitutional changes backed**. 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-48035512>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BBC. **Tunisia election: Kais Saied to become president**. 14 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-50032460>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BEZERRA, Juliana. **Norte da África**. Toda Matéria, s.d. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/norte-da-africa/>. Acesso em: 10 mar. 2020.





BHARDWAJ, Maya. **Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War**. Disponível em:

<http://www.operationspaix.net/DATA/DOCUMENT/7367~v~Development_of_Conflict_in_Arab_Spring_Libya_and_Syria_From_Revolution_to_Civil_War.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRANCOLI, F. **Síria e Narrativas de Guerra por Procuração: O Caso dos Curdos como Elemento da Complexidade** 2017 CHILD SOLDIERS INTERNATIONAL. *Who are child soldiers?* 2017. Disponível em: <<https://www.child-soldiers.org/who-are-child-soldiers>> Acesso em: 16 dez 2018.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Civil War in Libya**. 2020. Disponível em: <<https://www.cfr.org/interactive/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-libya>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v.10 n. 1, p.171-188, 2002.

CRIDER, Lindsey. **Rape as a War Crime and Crime against Humanity: The Effect of Rape in Bosnia-Herzegovina and Rwanda on International Law**. Paper apresentado em: Alabama Political Science Association Conference. Auburn University, 30-31 de março, 2012.

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Resolution 1325 (2000)**. 2000. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/res_1325e.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CUNNINGS, Elizabeth Ann. **The Spark That Lit the Flame: The Creation, Deployment, and Deconstruction of the Story of Mohammed Bouazizi and the Arab Spring** (2015). CUNY Academic Works.

ESTADÃO. **General retoma maior campo de petróleo da Líbia, que pode voltar a operar**. 2019. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/06/internas_economia,1028457/general-retoma-maior-campo-de-petroleo-da-libia-que-pode-voltar-a-ope.shtml>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FARHAT, José. **Uma faísca chamada Mohamed Bouazizi**. ICArabe, [S. l.], 12 abr. 2017. Disponível em: <https://icarabe.org/node/3016>. Acesso em: 29 dez. 2019.





FIDH. **Women and the Arab Spring: Taking their place?: Libya**. 2012. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201206/20120608ATT46510/20120608ATT46510EN.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

IPEK, Cemil. **Qual o motivo da alergia dos Emirados Árabes Unidos à Turquia?**. TRT, [S. l.], p. 1-2, 27 jul. 2017. Disponível em: <https://www.trt.net.tr/portuguese/programas/2017/07/27/qual-o-motivo-da-alergia-dos-emirados-arabes-unidos-a-turquia-777862>. Acesso em: 6 jan. 2020.

JOFFE, George. **A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro**. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 30, p. 85-116, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 dez. 2019.

JUNIOR, Carlos Alberto Almeida Cerqueira. **AS DIFERENTES INTENSIDADES DA PRIMAVERA ÁRABE SOBRE OS PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA: OS CASOS DA TUNÍSIA E DO EGITO**. Orientador: Norma Breda dos Santos. 2012. Monografia (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. 1984. 3ª edição. Routledge: New York, 2014.

LAWLER, P. **Peace Studies**. In. WILLIAMS, P. D. *Security Studies: An Introduction*. Routledge: London, 2008, p. 73-88.

LORETO DA SILVEIRA, Isadora. **CONTINUIDADE E TRANSFORMAÇÃO NO EGITO NO PÓS-PRIMAVERA ÁRABE: UMA NOVA TRAJETÓRIA DE POLÍTICA EXTERNA?** *Conjuntura Austral*, [S.l.], v. 5, n. 21-22, p. 4-22, mar. 2014. ISSN 2178-8839. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/45269>>. Acesso em: 06 jan. 2020. doi:<https://doi.org/10.22456/2178-8839.45269>.

LUZ, Camila. **PRIMAVERA ÁRABE: O QUE ACONTECEU NO ORIENTE MÉDIO?**. *Politize!*, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/primavera-arabe/>. Acesso em: 28 dez. 2019.

MCKAY, Susan. **Women, Human Security, and Peace-building: A Feminist Analysis**. Em: *Conflict and Human Security: A Search for New Approaches of Peace-building*. IPSHU English Research Report Series, n.19, 2004.

O GLOBO. **Rebeldes da Líbia formam Conselho Nacional e dizem que não há espaço para negociar com Kadafi**. 2011. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/rebeldes-da-libia-formam-conselho-nacional-dizem-que-nao-ha-espaco-para-negociar-com-kadafi-2817412>>. Acesso em: 16 fev. 2020.





Organização das Nações Unidas no Brasil. **Resolução sobre a Líbia é “histórica”, afirma Ban.** 2011. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/resolucao-sobre-a-libia-e-historica-afirma-ban/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PAIVA, Luciana. **Intervenções Militares: A intervenção da OTAN na Líbia.** Conjuntura Internacional, [S. l.], p. 1-2, 5 out. 2012. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2012/10/05/intervencoes-militares-a-intervencao-da-otan-na-libia/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

PEREIRA, Amanda Zanatta; CARMO, Rafaela Alves do; PORTUGAL, Heloisa. **O BINÔMIO DA SOBERANIA E DEMOCRACIA NA LÍBIA DE KADHAFI.** *ETIC - Encontro de Iniciação Científica*, [s. l.], v. 7, n. 7, 2011.

PEREIRA, Danilo Cardoso. **IÊMEN: CRISE HUMANITÁRIA.** [s. l.], 2011.

PEYTRIGNET, Gérard. **Direito Internacional Humanitário (DIH) Moderno: Fundamentos e Histórico, Princípios Essenciais e Mecanismos de Aplicação.** Em: *Três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana : Direitos humanos, direito humanitário, direito dos refugiados(as)*. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996.

PIMENTEL, Matheus. **Por que a Líbia tem 2 ‘governos’. E como a França tenta ser juiz da crise.** Nexo, [S. l.], p. 1-2, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/06/01/Por-que-a-L%C3%ADbia-tem-2-%E2%80%98governos%E2%80%99.-E-como-a-Fran%C3%A7a-tenta-ser-juiz-da-crise>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PLAN INTERNATIONAL. **Gender-based Violence.** s.d. Disponível em: <<https://plan-international.org/ending-violence/gbv-gender-based-violence>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

RAJAGOPALAN, Swarna. **Gender Violence, Conflict, Internal Displacement And Peacebuilding.** Peace Prints: South Asian Journal of Peacebuilding, vol. 3, n. 1: Outono de 2010.

REHN, Elisabeth; SIRLEAF, Ellen Johnson. **Women, War and Peace: The Independent Experts’ Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women’s Role in Peace-building.** New York: United Nations Development Fund for Women, p. 75-155, 2002.





SANT'ANA, Pablo Martins Santos. **Consequências da Primavera Árabe na Síria: uma nova diáspora em questão?**. Revista de Geopolítica, [S. l.], jan-jun 2018, v. 9, n. 1, p. 68-79, 9 jan. 2018.

SARFATI, Gilberto. **Estudos de segurança internacional: de Tucídides aos novos conceitos**. In Clóvis Brigagão e Domício Proença Jr. Panorama Brasileiro de Paz e Segurança. 2004. São Paulo: Hucitec, pp. 153- 192.

SILVA, Rafaela Sarri. **Securitização e processo decisório sobre intervenções militares: uma análise comparativa entre o caso líbio e o caso sírio**. 2018. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SILVA, Thamires Olimpia. **África Setentrional: Uma extensão do Oriente Médio?**. Mundo Educação, *s.d.* Disponível em:
<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/Africa-setentrional-uma-extensao-oriente-medio.htm>. Acesso em: 10 mar. 2020.

TEIXEIRA, Williane dos Santos. **Minorias étnicas: índios no Brasil**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 997, 25 mar. 2006. Disponível em:
<https://jus.com.br/artigos/8164>. Acesso em: 14 fev. 2020.

THE HUFFINGTON POST. **LIBYA: WOMEN IN LIBYA AND THE ARAB SPRING**. 2011. Disponível em:
<<https://www.peacewomen.org/content/libya-women-libya-and-arab-spring#top>>. Acesso em: 20 jan. 2020

TRANSFORMANDO **Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

UNITED KINGDOM HOME OFFICE. **Country Policy and Information Note Libya: Women**. Vol. 2, Janeiro de 2018.





UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Sexual and Gender-Based Violence against Refugees, Returnees and Internally Displaced Persons: Guidelines for Preventions and Response.** Vol. 1, Maio de 2003, p. 1-27; 33-49.

WAINDIN, Jude. **Traditional methods of conflict resolution.** African Centre for the Constructive Resolutions Disputes, [s. l.], 11 fev. 2019. DOI 1. Disponível em: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/traditional-methods-of-conflict-resolution/>. Acesso em: 6 jan. 2020.

WHO supports who in Libya's complex battlefield: Egypt, Russia, Turkey, Arab League. Africa news, [S. l.], p. 1-2, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://www.africanews.com/2020/01/14/who-supports-who-in-libya-s-complex-battlefield-egypt-us-russia-turkey-europe/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

WILLIAMS, Paul D. **Security Studies: an introduction.** Em: WILLIAMS, P. D (Organizador). *Security Studies: An Introduction.* Routledge: London, 2008, p. 1-12.

WHITWORTH, S. **Feminist Perspectives.** In. WILLIAMS, P. D. *Security Studies: And Introduction.* Routledge: London, 2008, p. 103-115.

UNITED KINGDOM HOME OFFICE. **Country Policy and Information Note Libya: Actual or perceived supporters of former President Gaddafi.** 2019. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/795793/Liby_-Gaddafi-Supporters-CPIN-April-2019.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

